

Considerações sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Vivemos um momento complexo no que diz respeito às pessoas com deficiência: por um lado, temos (no campo do Direito) uma legislação específica avançada e o envolvimento efetivo de setores da OAB e dos Ministérios Públicos; por outro lado, ainda encontramos no dia-a-dia atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias – que reproduzem concepções antigas e errôneas sobre as deficiências – em diversas esferas sociais.

Hoje, após 25 anos da proclamação, pela ONU, do “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”¹, esta é a contradição enfrentada pela maioria desse segmento no Brasil. Ao mesmo tempo, tem sido cada vez maior o número de pessoas com deficiência e de organizações da sociedade civil que buscam, com participação ativa, tanto o cumprimento dos direitos conquistados nas últimas décadas como, também, uma reflexão profunda em toda a comunidade acerca da diversidade humana.

O dia 3 de dezembro representa uma data importante para essa luta pela cidadania plena e pelo reconhecimento das diferenças. Segundo seu documento oficial, o objetivo principal de sua comemoração deve ser a conscientização de todos em relação aos temas de interesse das pessoas com deficiência. O tema escolhido para 2006 foi a acessibilidade ou, em outras palavras, a eliminação das barreiras físicas, atitudinais e de comunicação que impedem a livre circulação, a autonomia e a independência de aproximadamente 15% da população brasileira.

PASSEATA NA PAULISTA

Nessa época do ano acontecem várias manifestações de pessoas com deficiência e seus representantes em todo o mundo. Em São Paulo, no sábado dia 2 de dezembro, não foi diferente: mais ou menos 500 pessoas se reuniram na Avenida Paulista para marcar presença e cobrar políticas públicas eficientes.

Tive a oportunidade de participar pela terceira vez desse encontro e, sobretudo, de conversar com alguns manifestantes sobre a importância dessa

data. Depois de quase quatro horas de trocas de experiências e observações, alguns pontos merecem uma atenção mais cuidadosa.

O primeiro diz respeito exatamente ao tema desse ano, a acessibilidade, uma questão de extrema relevância para a construção de um país mais inclusivo, pois constitui um direito sem o qual os outros não podem ser exercidos. Por exemplo, como uma criança com deficiência visual vai estudar em uma escola regular (e exercer o seu direito à educação) se ela não encontrar um livro em braile ou uma lupa eletrônica na sala de aula; ou como um trabalhador que usa cadeira de rodas vai conseguir sair de casa (e exercer seu direito ao emprego) sem um transporte coletivo adaptado que o leve até o local de trabalho. Porém, pouco é discutido e feito para assegurar que as pessoas com deficiência possam ir e vir sem maiores dificuldades.

Em decorrência disso, surge um segundo ponto que diz respeito à visibilidade precária que os assuntos referentes às pessoas com deficiência têm nos diferentes campos da vida social. Em outras palavras, esse grupo minoritário ainda vive um cotidiano dominado e direcionado pela concepção médica da deficiência e pelo paradigma da “integração social”², ou seja, em uma sociedade que pouco se transforma para receber e conviver com as diferenças. É lógico que na última década algumas coisas melhoraram, mas o paradigma da “inclusão social”³ continua a ser um tema difundido muito mais entre os especialistas e estudiosos do que uma realidade em constante e efetiva construção.

O terceiro e último ponto diz respeito à pequena participação de pessoas com deficiência visual, auditiva e, principalmente, mental na passeata. Esse segmento populacional tem como traço peculiar o fato de ser heterogêneo em dois sentidos: 1) por apresentar pessoas com diversos tipos e graus de deficiência e, com isso, com necessidades diferentes; 2) por apresentar pessoas com diferenças sociais, culturais, econômicas e políticas bem marcantes e, conseqüentemente, várias formas de pensar, agir e se organizar. Assim, uma melhor articulação entre todas essas características internas representa o maior desafio para o futuro do Movimento Social das Pessoas com Deficiência.

MÍDIA: INIMIGA OU ALIADA?

A mídia é considerada, por muitos especialistas e representantes das pessoas com deficiência, uma grande aliada para a inclusão social, na medida em que esta pode exercer um duplo papel importante: fiscalizar o Estado em relação ao cumprimento das leis específicas e, ao mesmo tempo, conscientizar a comunidade com informações que combatem o preconceito.

No entanto, a maioria dos meios de comunicação de massa focam suas reportagens e programas nas pessoas com deficiência e não nas causas sociais da desigualdade e da discriminação, isto é, nos obstáculos arquitetônicos, na desinformação da população e na falta de recursos técnicos (ex: cardápios em braile, intérpretes de LIBRAS, etc.) nos espaços urbanos.

Contudo, muitos profissionais dessa área ainda colocam os indivíduos com deficiência como “heróis” ou “coitadinhos” e, dessa maneira, colaboram para a manutenção de estereótipos e estigmas que prejudicam as relações sociais entre as diferenças (inclusive utilizando termos como “especiais”, “vítimas”, etc.).

Assim, alguns assuntos como, por exemplo, a acessibilidade, as características da síndrome de Down ou da baixa visão e a Língua Brasileira de Sinais, poderiam ser melhor trabalhados pelos jornais, emissoras de rádio e televisão e outros tipos de mídia. Mais ainda, esse campo de atuação poderia tanto inserir as pessoas com deficiência nos temas da vida cotidiana (ex: entrevistar um jovem com deficiência para uma matéria sobre juventude) como, também, incluir os interesses desse grupo nos debates mais amplos (ex: pautar a educação inclusiva nas discussões sobre a qualidade da educação em geral).

Portanto, a mídia só vai ser uma aliada concreta das pessoas com deficiência quando mostrar para todos que essa questão – o convívio entre as diferenças – exige uma responsabilidade de todos. O que esse grupo espera dos meios de comunicação de massa (e de outros setores da sociedade) é uma boa utilização do dia 3 de dezembro, mas, sobretudo, respeito e dignidade nos outros 364 dias do ano.

Notas

1. esse era o termo utilizado na época.
2. a bibliografia específica divide a história das pessoas com deficiência em quatro períodos: a) exclusão; b) segregação; c) integração; d) inclusão.
3. esse é o paradigma atual nos debates que envolvem as pessoas com deficiência. Esse artigo não tem como objetivo aprofundar a discussão em torno desse conceito nas Ciências Sociais.

Bibliografia

CORRER, Rinaldo (2003). Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. Coleção Saúde & Sociedade. 1ª ed. Bauru. São Paulo: EDUSC.

MANUAL DE MÍDIA LEGAL (2002). Jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência. Volumes 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: WVA.

RIBAS, João B. Cintra (1995). Viva a diferença: convivendo com nossas restrições ou deficiências. Coleção Qual é o grilo? São Paulo: Moderna.

SÃO PAULO, Assembléia Legislativa do Estado (2004). Pessoas Portadoras de (d)Eficiência: legislação federal, estadual e municipal. São Paulo: IMESP.

SASSAKI, Romeu Kazumi (2003). Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA.

WERNECK, Cláudia (2000). Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. 2ª ed. Rio de Janeiro: WVA.

Sites consultados

www.cedipod.org.br

www.escoladegente.org.br

www.saci.org.br

www.sentidos.com.br

Escrito por: Manoel José Passos Negraes